

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2024**  
(Da Sra. ERIKA KOKAY)

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para equiparar ao acidente de trabalho o acidente sofrido por trabalhadores de aplicativos de transporte particular de passageiros, de entrega de comida e produtos, e de prestação de serviços gerais ou profissionais durante o exercício da atividade profissional e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, para equiparar ao acidente de trabalho o acidente sofrido, durante o exercício da atividade profissional, por trabalhadores de aplicativos de transporte particular de passageiros, de entrega de alimentos e produtos, e aqueles de prestação de serviços gerais ou profissionais, que utilizam veículos automotores de quatro rodas, motocicletas e bicicletas.

Art. 2º O art. 21 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21.....

.....

V) Equipara-se ao acidente de trabalho o acidente de qualquer natureza sofrido por trabalhadores de aplicativos de transporte particular de passageiros, de entrega de comida, produtos e outros gêneros, e os de prestação de serviços gerais ou profissionais que utilizam veículos automotores de quatro rodas, motocicletas e bicicletas:



a) durante o exercício de atividade profissional por meio de plataformas digitais e aplicativos de serviços, considerando-se o período compreendido entre a aceitação da viagem e/ou prestação do serviço pelo trabalhador e a chegada do usuário ao destino e/ou a conclusão do serviço/entrega;

b) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado, mesmo quando houver interrupção ou mudança de percurso habitual.

§3º O disposto no inciso V aplica-se a todas as empresas e plataformas de aplicativo que operem em território nacional, devendo estas adotarem, no interesse dos trabalhadores, medidas destinadas à segurança e prevenção de acidentes de trabalho.

§4º As empresas referidas no parágrafo 3º deverão disponibilizar em canais e meios digitais de livre acesso cadastro atualizado com a relação de trabalhadores afastados de suas atividades em decorrência das circunstâncias descritas no inciso V, alíneas a e b.

Art. 3º O descumprimento das disposições constantes desta Lei configura crime contra a legislação trabalhista, sujeitando os infratores às penalidades previstas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, no que couber, sem prejuízo da adoção de outras medidas legais cabíveis.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua<sup>1</sup>, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –

<sup>1</sup> <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38160-em-2022-1-5-milhao-de-pessoas-trabalharam-por-meio-de-aplicativos-de-servicos-no-pais> Acessado em: 09/03/2024.



IBGE, em 25/10/2023, apontam que 1,5 milhão de brasileiros(as) trabalharam, por meio de plataformas digitais e aplicativos de serviços, em 2022, o equivalente a 1,7% da população ocupada no setor privado. A pesquisa é fruto de um Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e o Ministério Público do Trabalho (MPT).

Desse total, 52,2% (ou 778 mil) exerciam o trabalho principal por meio de aplicativos de transporte de passageiros(as), em ao menos um dos dois tipos listados (de táxi ou não). Por sua vez, 39,5% (ou 589 mil) eram trabalhadores(as) de aplicativos de entrega de comida, produtos etc., enquanto os(as) trabalhadores(as) de aplicativos de prestação de serviços somavam 13,2% (197 mil).

Outra pesquisa, conduzida pelo projeto Caminhos do Trabalho, desenvolvido pelo Fundacentro, do Ministério do Trabalho, em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA)<sup>2</sup>, com levantamento feito entre março de 2021 e junho de 2023, em cinco unidades da federação - Bahia, Ceará, Pernambuco, Paraná e São Paulo -, aponta que cerca de 60% dos motoristas e entregadores de "plataformas digitais" relataram já ter sofrido acidente e violência enquanto trabalhavam para as empresas.

Dimensionar acidentes e doenças relacionados ao trabalho no Brasil ainda representa um grande desafio. Eis uma das conclusões da pesquisa<sup>3</sup>. E tal dificuldade se deve, notadamente, à falta de transparência das empresas, que ocultam as ocorrências relacionadas ao tema. Os dados da pesquisa mostram que dos entregadores entrevistados 25% sofreram acidentes, 18% sofreram racismo ou violência de gênero e 8% foram assaltados nos últimos três meses durante a jornada de trabalho. Entre os motoristas, 15% afirmaram terem se acidentado, 14% foram vítimas de racismo ou violência de gênero e 9% assaltados no mesmo período.

<sup>2</sup> <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2023/08/07/quase-60-dos-trabalhadores-de-apps-ja-sofreram-violencia-ou-adoeceram>. Acessado em: 09/03/2024

<sup>3</sup> <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2023/08/5115248-quase-60-dos-trabalhadores-de-apps-ja-sofreram-violencia-ou-acidentes.html> Acessado em: 09/03/2024





O relatório também demonstrou que, em média, os entrevistados trabalham 6,4 dias por semana. Mais de 55% trabalham sete dias por semana. E quase 60% passam mais de 10 horas do dia trabalhando. A pesquisa ainda revelou que a média de salário da categoria é de R\$ 2.579. Quando se leva em conta o veículo, já sofreram alguma violência ou acidente, 63,6% dos motociclistas, 50% dos ciclistas e 45,5% dos que guiavam carros.

No entendimento dos(as) pesquisadores(as), "essas ocupações normalmente não são "bicos" e as pessoas a elas dedicadas não tendem a trabalhar para muitas empresas simultaneamente. Trata-se de empregos como outros quaisquer, todavia, mais arriscados e precários".

O levantamento aponta para o necessário investimento em melhores condições de trabalho para a categoria. "A saúde e a segurança do trabalho estão imbrincadas a todos os aspectos das relações laborais. Por isso, não se reduz consistentemente a acidentalidade e o adoecimento dos trabalhadores sem melhorar suas condições de remuneração, limitar jornadas e garantir descansos, adotar formas contratuais e de organização do trabalho que eliminem ou reduzam os riscos das atividades", concluem os(as) pesquisadores(as).

Face à realidade de exposição elevada dessa categoria às violências e acidentes os mais diversos em seu cotidiano de trabalho, bem como a precarizações das condições laborais, situação descortinada pelas pesquisas em comento, porém de conhecimento da sociedade e do Parlamento, o presente projeto de lei visa alterar o Artigo 21 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991 para equiparar ao acidente de trabalho o acidente de qualquer natureza sofrido, durante o exercício da atividade profissional, por trabalhadores(as) de aplicativos de transporte particular de passageiros(as), de entrega de alimentos e produtos, e aqueles de prestação de serviços gerais ou profissionais, que utilizam veículos automotores de quatro rodas, motocicletas e bicicletas.

Com tal medida, esperamos contribuir para que essas empresas se adequem às normas de controle e prevenção de acidentes de trabalho, servindo de referência para garantir maior nível de proteção a motoristas e entregadores de aplicativos, seja para quem desenvolva atividade mediante o



uso de veículos automotores, motocicletas ou bicicletas por meio de plataformas de aplicativo.

É fundamental assegurar a esses(as) trabalhadores(as) o amparo legal quando da ocorrência de eventos inesperados durante o exercício da atividade profissional. Para caracterizar o acidente de trabalho nesses casos, esta proposição leva em conta o período compreendido entre a aceitação da viagem e/ou prestação do serviço pelo trabalhador e a chegada do usuário ao destino e/ou a conclusão do serviço/entrega; além disso, deve ser considerado o percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado, mesmo quando houver interrupção ou mudança de percurso habitual.

Sem dúvidas, a proposta é de fundamental relevância para reduzir os agravos e efeitos econômicos que se fazem sentir na vida laboral desse segmento fortemente penalizado pelas péssimas condições de trabalho.

Portanto, com a certeza da conveniência e oportunidade desta iniciativa, conclamamos o apoio dos(as) nobres Parlamentares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2024.

  
Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**

